

O BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL – UM BALANÇO DE 200 ANOS

Bruno Romualdo Barreto*
Leonardo Ferreira Barbosa da Silva**

RESUMO

O Brasil foi descoberto em 1500 por Pedro Álvares Cabral, navegador português, que rumava às Índias atrás de especiarias no período da expansão marítima europeia. Desde que se instalaram no país, os portugueses estabeleceram uma relação de exploração, com a extração do pau-brasil. No final do mesmo século, iniciaram o cultivo da cana-de-açúcar em Pernambuco, com base em mão de obra escrava negra oriunda da África. Semelhante às comemorações do bicentenário da vinda da família Real ao Brasil, o bicentenário da independência deve mobilizar intelectuais e escritores no lançamento de livros e obras referentes à data. O momento merece um balanço dos 200 anos da proclamação da independência e quais mudanças proporcionou ao país desde então. Assim, este trabalho tem por objetivo mostrar se nesses 200 anos o país avançou em termos de ganhos na cidadania, em indicadores econômicos e sociais. O que de fato foi conseguido, o que se alcançou, o que ficou pelo caminho, o que resta a realizar, e, dentro disso, quais as metas prioritárias.

Palavras-chave: História do Brasil. Proclamação da Independência. Economia. Estudo Sociais.

ABSTRACT

Brazil was discovered in 1500 by Pedro Álvares Cabral, Portuguese navigator, who was going to the Indies for spices during the period of European maritime expansion. Since settling in the country, the Portuguese have established a relationship of exploitation, with the extraction of brazilwood. At the end of the same century, sugar cane was cultivated in Pernambuco, based on black slave labor from Africa. Similar to the celebrations of the bicentenary of the arrival of the Royal family to Brazil, the bicentenary of independence must mobilize intellectuals and writers to launch books and works related to the date. The moment deserves a review of the 200 years since the proclamation of independence and what changes it has provided to the country since then. Thus, this work aims to show whether in these 200 years the country has advanced in terms of gains in citizenship, in economic and social indicators. What has actually been achieved, what has been achieved, what has remained in the way, what remains to be done, and, within that, what are the priority goals.

Keywords: History of Brazil. Proclamation of Independence. Economy. Social Studies.

* Capitão Médico. Graduado em Medicina pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em 2009. Especialista em Anestesiologia pelo Hospital Central do Exército (HCE) em 2018.

** Major da Arma de Infantaria. Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 2000. Especialista em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (ESAO) em 2009. Especialista em Psicopedagogia pelo Centro de Pesquisas de Pessoal (CEP) em 2015. Mestre em Direito pela Universidade Cândido Mendes (UCAM) em 2019.

1- INTRODUÇÃO

O Brasil foi descoberto em 1500 por Pedro Álvares Cabral, navegador português, que rumava às Índias atrás de especiarias no período da expansão marítima europeia. Desde que se instalaram no país, os portugueses estabeleceram uma relação de exploração, com a extração do pau-brasil. No final do mesmo século, iniciaram o cultivo da cana-de-açúcar em Pernambuco, com base em mão de obra escrava negra oriunda da África.

Os portugueses tiveram por diversas vezes que expulsar “invasores”, como os holandeses, que também buscavam as riquezas do país, sobretudo no Nordeste na produção de cana. O ciclo do Ouro se deu no século XVIII em Minas Gerais, que também tinha como destino Portugal.

A Coroa portuguesa controlava o país e a Igreja Católica, com seus missionários, ficou responsável pela colonização do povo nativo. Este introito mostra minimamente que o Brasil, desde sua descoberta, será marcado por uma situação de opressão e dominação dos colonizadores, submetido à exploração de suas riquezas e à aniquilação de sua gente e cultura. Tais fatos dão o formato do tipo de colonização que vai vigorar até o Império, no século XIX.

Este trabalho tem como tema realizar um balanço histórico de 200 anos a completar-se em 7 de setembro de 2022, data comemorativa do bicentenário da Independência do Brasil.

Semelhante às comemorações do bicentenário da vinda da família Real ao Brasil, o bicentenário da independência deve mobilizar intelectuais e escritores no lançamento de livros e obras referentes à data. O momento merece um balanço dos 200 anos da proclamação da independência e quais mudanças proporcionou ao país desde então.

Os calendários políticos e as comemorações destes não são ditados, portanto, pelos historiadores, mas por parcela da sociedade que faz um uso desse passado no presente. Na passagem do século XIX para o XX, essas comemorações tinham o objetivo de estimular o patriotismo. “Nesse sentido, a memória coletiva se relaciona com a História, auxiliando o Estado-Nação na construção de suas representações”, ela

cria uma identidade nacional. As comemorações de determinadas datas serviam para exaltá-las.

O trabalho do historiador é um dos que permite a construção da memória coletiva (Candau, 2014). A memória é uma construção coletiva do passado, e não uma lembrança individual. Ela é compartilhada coletivamente, ainda que muitos não a tenham vivenciado. Segundo Barros (2011), a memória, no sentido clássico, é concebida como parcial e limitada, não contendo o lado crítico de um historiador, que analisa fontes e recorre a metodologias científicas para tanto, conforme teoria de Halbwachs. Contudo, a memória também é elemento de referência para o historiador, que carrega os interesses por trás dessa construção (Barros, 2011).

Este conceito de memória tem sido relido pelos historiadores, dado que a memória coletiva também pode trazer elementos novos não presentes em documentos oficiais, pode ter presente aspectos questionadores também da parte do entrevistado.

Diz Barros:

“Tal concepção de Memória, como o depósito de dados ou a atualização dos vestígios, por vezes imprecisos, já não mais resiste nos dias de hoje à operacionalização no seio das ciências humanas” (Barros, 2011, p. 318).

A memória pode ser também uma releitura de vestígios. Ela também é ativa e interativa. A memória individual também tem um aspecto coletivo que é a mediação da linguagem, na comunicação feita.

O mesmo pode-se dizer da tradição, que não pode mais ser entendida como tendo a função de dar continuidade aos hábitos, costumes e ideias vigentes, nem ser concebida como algo estático. Ela pode ter um lado construtivo e dinâmico. Isto porque “a memória e a História são instrumentos de poder e de controle do passado por diferentes segmentos sociais de acordo com seus interesses”. Segundo Gontijo (2014), são usos do passado por grupos diferentes. Na primeira República do Brasil, por exemplo, o passado foi utilizado para legitimar governos que se consolidavam no momento.

Com a proclamação da República, houve uma investida em favor da exaltação desse regime como a verdadeira independência do Brasil e não 1822, de forma que caísse no esquecimento. As comemorações de datas mostram que “o passado pode ser

mobilizado para legitimar projetos da nação através de lembranças ou pelo esquecimento” (NASCIMENTO JR., 2016, p.8). Pouco se falou sobre o Centenário, porque a República obscureceu as comemorações.

Tendo em vista as teorias que evocam os usos do passado e estudos da memória de acordo com interesses de grupos sociais específicos, este trabalho será guiado pelo viés do resgate da História como resultado de amplos agentes sociais, ou seja, não apenas pelos detentores do poder como se faz tradicionalmente, mas também a partir das mobilizações, protestos, revoltas, rebeliões daqueles que compõem a imensa maioria da população e, com suas demandas, pressionam e participam, não efetivamente, dos rumos tomados por aqueles que governam o Brasil.

O balanço histórico do bicentenário será feito com o objetivo de avaliar quão independente o país se tornou política e economicamente desde a independência. Neste ponto vale destacar que esses conceitos devem ser entendidos em seu sentido mais completo, abordando as estatísticas econômicas gerais do país, mas sobretudo, de sua população. A análise histórica deste trabalho recorre também a teorias econômicas críticas, que demonstrem os interesses que estão por trás das políticas econômicas oficiais dos governos, como as teorias de Celso Furtado e Conceição Tavares.

Desta forma, as linhas teóricas acima citadas darão baliza metodológica para a pesquisa. Será dado destaque para determinados períodos porque relacionados às questões colocadas por este trabalho.

Que respostas a literatura especializada apresenta sobre se houve de fato uma maior independência do Brasil em relação à Inglaterra e Portugal? As obras especializadas sobre o assunto respondem satisfatoriamente as indagações iniciais no que tange à criação de condições para se obter avanços econômicos, políticos e sociais no Brasil a partir da proclamação da independência? Os teóricos apresentam análises homogêneas ou discrepantes acerca dos rumos tomados pelo país desde então?

Para tanto, se requer uma síntese das respostas dos historiadores e economistas acerca dos períodos que serão analisados. A análise das dinâmicas históricas dos 200 anos desde a independência são cruciais tendo-se em vista que elas devem registrar inflexões, avanços e retrocessos que dão pistas para ações futuras tanto por parte dos

agentes políticos detentores do poder, quanto para os agentes que exigem novas demandas e direitos.

Assim, este trabalho tem por objetivo mostrar se nesses 200 anos o país avançou em termos de ganhos na cidadania, em indicadores econômicos e sociais. O que de fato foi conseguido? O que se alcançou? O que ficou pelo caminho? O que resta a realizar, e, dentro disso, quais as metas prioritárias?

O trabalho se justifica pelo momento propício da comemoração para um balanço dos 200 anos da Independência. O estudo pode abrir as possibilidades para se pensar no período seguinte e abrir o caminho das mudanças necessárias ao país, a partir de fundamentação histórica. Analisar as respostas das obras especializadas e teorias sobre o assunto e eventualmente apresentar hipóteses para trabalhos posteriores.

2 – ANTECEDENTES

A chegada de D. João VI e sua família ao Brasil em 1808, que fugia da invasão napoleônica em Portugal, acarretou várias mudanças na colônia que passou a ter o status de Reino Unido de Portugal, em 1815. Uma das primeiras medidas de D. João foi a abertura dos portos brasileiros, deixando de passar pelo crivo de Portugal e estabelecendo as relações comerciais diretamente com a Inglaterra (Schwarcz, 2019).

A proibição da criação de escolas superiores no Brasil foi revogada ao permitir a criação da Escola de Cirurgia na Bahia e a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica no Rio de Janeiro. Essa seria outra decisão positiva para o Brasil.

Por outro lado, diz Schwarcz, a política escravagista se mantinha forte e em plena expansão. D. João enfrentou conflitos em várias regiões do Brasil contra os altos impostos e questionamentos da manutenção da escravidão. Problemas com as províncias do sul que se tornavam independentes também foram motivo de envio de tropas para a região. A rebelião de Pernambuco em 1817 também anunciava os anseios pela emancipação do Brasil. As invasões de estrangeiros, como franceses, também eram fonte de incertezas políticas.

A permanência de D. João no Brasil também criou um clima de descontentamento da corte que permanecia em Portugal, tendo de enfrentar as seguidas invasões de Napoleão o país. De acordo com Schwarcz, em 1820, a Revolução Liberal do Porto estabeleceu a criação de novas leis, defendia a soberania monárquica de Portugal, e, deste modo, exigia o retorno imediato de D. João como forma de centralizar o poder no país. Essas exigências foram mal recebidas no Brasil, porque deixavam claras as intenções em manter o país na situação de colônia. D. João não pretendia voltar, mas as pressões políticas o fizeram retornar a Portugal em 1821, dada a possibilidade de se instalar outra dinastia na metrópole.

D. Pedro não acompanha o retorno da família, porém, conforme relata Schwarcz, a Corte toma medidas para seu retorno, como esvaziar a administração central do Rio de Janeiro, determinando que as províncias do Brasil se tornassem províncias de Portugal, sem necessidade da presença do Príncipe Regente na colônia. A recusa de D. Pedro, que tinha a seu lado políticos do Brasil, ficou conhecida como o

“Dia do Fico”, atendendo mais de 8 mil assinaturas pela sua presença. A decisão foi mais um passo em direção à emancipação do Brasil em relação à Portugal.

Segundo Schwarcz, em fevereiro de 1822, várias províncias do Brasil já anunciavam o apoio à total autonomia do Brasil. Os maçons, que faziam parte da elite e tinham grande influência na política brasileira, propuseram a instalação de uma Assembleia Constituinte, o que tornava claro o desejo de rompimento com Portugal.

Os assessores do príncipe já elaboravam documentos, projetos e deliberações com pautas mais conservadoras como a manutenção da Monarquia no país, para se evitar projetos mais populares. O anúncio da independência do Brasil por D. Pedro, em 7 de setembro de 1822, teria sido mera oficialização de algo já forjado dias antes com os governos provinciais e as elites locais. Algumas províncias recusaram aderir ao processo de independência e anunciaram sua lealdade à Portugal. Essa postura desencadeou a chamada Guerra da Independência, contra as províncias do Pará, Bahia, Maranhão e Cisplatina, que durou até 1824.

Ainda em dezembro de 1822, D. Pedro é aclamado Imperador do Brasil e coroado D. Pedro I. O processo de independência portanto, cria uma situação política diferenciada ao anunciar sua independência em relação à metrópole: deixa de ser colônia portuguesa, porém, mantém a Monarquia no país na figura de D. Pedro, impedindo a implantação de um regime republicano, com viés mais democrático.

De acordo com Schwarcz (2010), as colônias espanholas na América Latina, influenciados pelas teorias do Iluminismo que tinha a liberdade como bem maior, passaram por rebeliões de independência entre 1780 e 1833. Elas inspiraram as revoltas de emancipação no Brasil ao questionar os altos impostos cobrados pela Coroa da Espanha, a estratificação social que alijava muitos de alguns benefícios.

Ainda segundo a autora, a proclamação da Independência teve consequências imediatas à Nação, como o surgimento do Brasil enquanto nação independente; a construção da nacionalidade “brasileira”; e o estabelecimento de uma monarquia após a descolonização. Além disso, o Brasil endividou-se no processo de independência ao ter que indenizar Portugal com a quantia de 2 milhões de libras.

Para Schwarcz, movimento pela independência do Brasil teve caráter liberal ao romper com a dominação colonial, mas:

“mostrou-se conservador ao manter a monarquia, o sistema escravocrata e o domínio senhorial. ... Prevaleceu uma noção estreita cidadania que alijou do exercício da política uma vasta parte da população e ainda mais o extenso contingente de escravizados” (Schwarcz, 2019, p. 222).

O Brasil iniciou sua fase de país independente com um sistema educacional muito incipiente. A educação formal no país tinha sido implantada pelos padres da Ordem dos Jesuítas, em 1549, quando aqui chegaram, no princípio da colonização (ARANHA, 2006). Até sua expulsão do país, em 1759, por ordem do Marquês de Pombal, tinham instalado em várias cidades uma série de escolas de primeiras letras, colégios, além de missões em tribos indígenas (Idem). E embora abrangendo muito pouco da também escassa população brasileira no século XVIII, tinham estruturado um sistema nacional de ensino, de acordo com os princípios daquela ordem religiosa.

No princípio do século XIX, a Educação no Brasil encontrava-se reduzida a muito pouco, do pouco que havia sido construído pelos jesuítas até a metade do século XVIII. Quando se deu a expulsão dos jesuítas em 1759, a soma dos alunos de todas as instituições jesuíticas não atingia 0,1% da população brasileira, pois delas estavam excluídas as mulheres (50% da população), os escravos (40%), os negros livres, os pardos, filhos ilegítimos e crianças abandonadas (Idem).

Quando D. João VI aqui aportou, em 1808, restava pouca coisa de prática educativa no Brasil. Continuaram a funcionar o Seminário episcopal, no Pará, e os Seminários de São José e São Pedro, que não se encontravam sob a jurisdição jesuítica; a Escola de Artes e Edificações Militares, na Bahia; e a Escola de Artilharia, no Rio de Janeiro. Em síntese, a educação abrangia uma parcela insignificante da população do país.

Caracterizou a presença do príncipe regente português no Brasil, D. João, foi a expansão do ensino superior, com a criação de faculdades de medicina, direito e para as forças armadas. Ou seja, o monarca preocupou-se com a formação de quadros para a administração do império, cuja corte tinha sido transferida de Lisboa para o Rio de Janeiro. Também criou o ensino técnico-profissional e o ensino normal, mas estes só começariam a se efetivar após a independência. E nenhuma modificação foi feita no

ensino primário, que dependia de muitos poucos professores, mal pagos pelo estado e sem instalações adequadas de ensino (ARANHA, 2006).

Assim, argumenta Aranha, em 1822, o país ainda se encontrava sob a organização educacional implantada por Portugal para substituir os jesuítas. Esta organização previa a contratação e manutenção de professores laicos, concursados e pagos pelo governo português. Durante o período do Império (1822-1889), o avanço da educação no país se processou de maneira excessivamente lenta, desorganizada e desigual. E esse foi um período crítico em que em vários países do mundo já se identificava a educação como chave para o desenvolvimento de uma nação. Foi nesse momento que passou a se verificar um decisivo atraso educacional do país ante as nações mais desenvolvidas, um problema que entraria para o século XX.

Já em 1824, a Primeira Constituição Brasileira dizia em seu o artigo 179: “a instrução primária é gratuita para todos os cidadãos”. Além de não ser obrigatória, a educação abrangia somente os cidadãos, ou seja, homens brancos livres acima dos 21 anos. Isto excluía a maior parte da população, inclusive escravos e mulheres. (ARANHA, 2006)

Logo em seguida, a primeira lei sobre o setor de educação (Lei de 15 de outubro de 1827) determinava que as Escolas de Primeiras Letras (hoje, ensino fundamental) deveriam ensinar, para os meninos, a leitura, a escrita, as quatro operações de cálculo e as noções mais gerais de geometria prática. A mesma lei estabelecia que os presidentes de província definiriam os ordenados dos professores, que estes deveriam custear sua formação, e que, além dos conteúdos das disciplinas, deveriam ser ensinados os princípios da moral cristã e de doutrina da religião católica e apostólica romana.

No período regencial (1831-40), o fato mais importante na área educacional foi a promulgação do Ato Adicional, de 6 de agosto de 1834, que atribuiu às Assembléias Legislativas provinciais o poder de legislar com exclusividade sobre a instrução pública nos níveis primário e médio, repassando ao poder local o direito de criar estabelecimentos próprios. Ao governo central ficaria reservado o controle sobre o ensino superior. (ARANHA, 2006)

Também nessa época começaram a surgir as primeiras escolas para formação de professores (Escolas Normais), restritas entretanto às principais cidades do país. Mas

essas escolas enfrentaram sérias dificuldades, condições precárias, com inexistência de professores que formassem professores. Por isso, admitia-se a docência para aqueles que demonstrassem domínio sobre o que seria ensinado, além de preencherem os requisitos de maioria e moralidade.

Assim, o Ato de 1834 agravou ainda mais o ensino no Brasil, na época, porque as províncias não tinham dinheiro para manter a educação, predominante a falta de escolas e de professores. Esta situação predominou pelo restante do Império. Ou seja, até a Proclamação da República, em 1889 praticamente nada se fez de concreto pela educação brasileira. Em 1872, Brasil contava com uma população de 10 milhões de habitantes e apenas 150.000 alunos matriculados em escolas primárias.

De acordo com Aranha (2006), havia poucas instituições escolares, com apenas alguns liceus províncias nas capitais, colégios privados bem instalados nas principais cidades, cursos normais em quantidade insatisfatória para as necessidades do país. O ensino médio estava quase todo voltado para o acesso ao ensino superior, este constituído por umas poucas faculdades isoladas. Ao contrário de nossos vizinhos, o Brasil ainda não contava com universidades.

O primeiro censo no Brasil foi efetuado em 1872 e constatou um índice de analfabetismo na marca dos 82,3% para as pessoas de 5 anos ou mais. Segundo Ferraro e Kreidlow (2014), na ocasião do primeiro Censo, não existia ainda, no Brasil, qualquer disparidade acentuada entre as regiões do país, o índice é praticamente o mesmo em todas as províncias, dando destaque apenas para o Rio de Janeiro (74,2%), onde se estabeleceu a Corte e toda a burocracia administrativa, que fez baixar moderadamente o índice. Esses dados levam a crer que em 1822, o índice de analfabetismo deveria estar num patamar acima dos 82,3%, uma vez que nem a Corte estava presente de forma a minimizar o índice. A taxa mais baixa no Rio Grande do Sul (76,8%), para os autores, deve-se a imigração alemã a partir de 1824. Esta população era toda ela alfabetizada e fez subir o índice no estado, além de sua proximidade com a Argentina, país com um nível educacional mais definido.

De acordo com Abreu e Lago (2010), em 1822, o Brasil tinha provavelmente 4,5 milhões de habitantes, sendo que um terço era de escravos, ou seja, 1,5 milhão de pessoas. Deste modo, mais de três milhões eram analfabetos na época da Independência.

O censo de 1872 registra um crescimento da população para 10,1 milhões de habitantes, incluindo o mesmo 1,5 milhão de escravos, o que contabiliza 8 milhões de analfabetos no país, ainda que a porcentagem tenha se mantido estável. Esta situação se manteve até o censo de 1890, quando a população brasileira saltou para 4,3 milhões, inclusos cerca de 700 mil escravos, conforme estimativas levantadas por Abreu e Lago (2010).

Dados de 1819, revelam que o Nordeste detinha 47% da população total do país, seguida da região Sudeste com cerca de 40%, onde predominava produção de café. O Sul, o Norte e o Centro-Oeste somavam aproximadamente 13%. A situação se altera em 1890, tendo o Nordeste decrescido para 41,9% da população contra 42,6% da região Sudeste, sinalizando a expansão cafeeira da região.

Nos anos da proclamação da independência, a economia do Brasil era predominantemente agrária e o PIB composto basicamente das exportações de bens primários, como açúcar, algodão, fumo, couro, borracha e sobretudo o café (Abreu e Lago, 2010). O café supera a hegemonia dos cultivos de açúcar iniciado no século XVI e a produção de ouro, predominante nos séculos XVII e XVIII e declina a partir de meados do século XIX. Todas essas atividades eram realizadas com mão-de-obra escrava africana e seus descendentes.

De acordo com pesquisa de Tombolo (2013), o PIB no período do Brasil Império são estimativas dos economistas, por conta da ausência de dados estatísticos. Cita estimativa de Celso Furtado, que foi considerada bastante otimista para a época:

Uma das primeiras estimativas é a de Furtado (1976:149), que estimou a taxa de crescimento da renda per capita para o Brasil como um todo em 1,5% a.a. entre 1850 e 1900 e 2,3% a.a. para a região cafeeira no mesmo período (Vale do Paraíba e oeste do Estado de São Paulo) (TOMBOLO, 2013, p.184)

Houve crescimento econômico com a Monarquia, o que pode ser identificado pelo seu Produto Interno Bruto brasileiro (PIB) que de 50.000:000\$000 (em mil reis) em 1840, passou para a cifra de 500.000:000\$000 em 1889, uma taxa de crescimento anual de 4,81% desde 1840 (VIANNA, 1994).

Boris Fausto (apud TOMBOLO, 2013.) concorda que o Brasil teve um bom crescimento econômico a partir de 1850, se comparado aos Estados Unidos e Europa, dada a grande expansão da zona cafeeira.

Em suma, o Brasil na época da independência até a Proclamação da República apresentou um crescimento demográfico, sem alterar praticamente as taxas de analfabetismo, evidenciando pouco investimento em Educação. Por outro lado, registrou um crescimento econômico relevante, ainda que concentrado no setor primário, já que a indústria era quase que doméstica. Segundo Abreu e Lago (2010), os bens de consumo eram importados pela falta de condições no país em instalar suas próprias indústrias.

O setor terciário estava presente desde os anos de 1860 nos serviços públicos de fornecimento de bondes, iluminação a gás, bem como água e esgoto. Havia, até 1889, 8 mil km de ferrovias no país voltada para facilitar as exportações. O aumento da população urbana exigiu novos serviços:

O comércio de atacado e varejista e o serviço doméstico ocupavam centenas de milhares de pessoas. O setor público manteve dimensões modestas, possivelmente empregando menos de 20 mil funcionários, mesmo considerando todos os empregados em educação e justiça e os 10.710 funcionários públicos registrados pelo censo de 1872. A esses se somavam apenas 27.716 militares (Abreu e Lago, 2010, p.9).

No entanto, o trabalho rural predominava, totalizando 2/3 da população trabalhadora. Até meados do século XIX, ingressaram no país cerca de 1,3 milhão de escravos africanos, principal mão-de-obra até então no Brasil. Com a abolição da escravatura em 1888, os escravos serão paulatinamente substituídos pelos imigrantes mediante o trabalho assalariado, com destaque para os italianos. As imigrações se iniciam em 1850, (quando foi proibido o tráfico negreiro) e dão um salto em 1889, com a entrada de 775 mil estrangeiros.

Abolição da Escravatura

O período que antecedeu a abolição da escravatura no Brasil foi bastante turbulento, com muitas rebeliões e revoltas por parte das camadas populares e de negros escravos. Várias focadas na obtenção da independência em relação à Portugal e outras no fim da escravidão. Entre 1807 e 1835, a Bahia foi palco de vários movimentos pela libertação dos escravos. Conforme aponta Schwarcz, havia uma cooperação entre escravos das áreas rurais e urbanas, com a colaboração da população pobre e livre. Muitos quilombos se formaram, onde se refugiavam escravos fugitivos, unidos por uma

identidade cultural por terem origens étnicas comuns. Já de 1820 a 1840, continua a autora, a Bahia presenciou rebeliões de militares, motins e até saques exigindo a instauração da República brasileira. Em 1837, ocorreu uma grande rebelião que ficou conhecida como a Sabinada. Os revoltosos defendiam a separação do estado da Bahia do resto do país. O levante foi sufocado com a morte de mais de mil rebeldes e quase 600 soldados.

A Revolução Farroupilha ou Guerra dos Farrapos se estendeu de 1835 a 1845. A revolta pedia pelo fim do Império e a separação da província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Dela participaram peões de estâncias bem como proprietários de terras e de gado. Os rebeldes venceram várias batalhas, mas ao final, o Império conseguiu sufocar o levante já desgastado e sem homens para lutar. Porém, muitas de suas reivindicações foram atendidas, como a dívida da guerra paga pelo Império, o ingresso de alguns oficiais do levante no Exército Imperial e a liberdade dos escravos que participaram das lutas (Schwarcz, 2019).

A revolta da Balaiada se iniciou em 1838 no Maranhão, e os rebeldes protestavam contra os altos tributos do Império e, segundo Schwarcz, também contra os grandes proprietários de terras locais. Deste modo, se uniram os trabalhadores livres, os escravos e os profissionais liberais dos setores médios urbanos para defenderem os ideais republicanos como forma de acabar com as injustiças e pelas condições de miserabilidade da região. Os revoltosos chegaram a saquear fazendas e a estabelecer um governo provisório. Ao final, os setores médios abandonaram a luta que foi debelada em 1841, deixando 12 mil sertanejos e escravos mortos.

De acordo com Schwarcz, todas essas rebeliões tiveram papel decisivo tanto na abolição da escravidão, em 1888, quanto na proclamação da República em 1889, porque o Império estava cada vez mais enfraquecido e amplas camadas da população exigiam o fim do trabalho escravo. A Guerra do Paraguai (1865 – 1870) também colaborou para pressionar o fim da escravidão, uma vez que os próprios soldados exigiam a libertação dos negros que lutaram na guerra ao seu lado. Ademais, alguns estados até se anteciparam como Ceará e Amazonas, que aboliram a escravatura já em 1885. Intelectuais, jornalistas e escritores brasileiros também militaram em prol dos negros, participando de movimentos e exigindo a abolição imediata e sem indenização para os

proprietários de escravos. A autora reforça que a Monarquia procurou mostrar a abolição como um presente dela aos escravos, quando na verdade, a participação destes na luta foi decisiva para sua libertação.

O fim da escravatura significou uma etapa vencida pelos negros rumo à cidadania, contudo, a escravidão deixou sequelas sociais. Não houve por parte da Monarquia ou da República qualquer política de inserção do negro na sociedade e não estava em pé de igualdade para concorrer com trabalhadores brancos e imigrantes e passaram a viver à margem, com trabalhos mais braçais, se misturando à população pobre. Se estabeleceram no campo no interior de São Paulo, Minas Gerais e no Nordeste. No Rio de Janeiro grande parte montou casebres de restos de madeira nos morros, onde se criaram as primeiras favelas.

Conforme aponta Schwarcz, se havia igualdade perante à lei, não havia no campo da ideologia, pois a Biologia tratou de buscar teorias que justificassem a inferioridade dos negros em relação aos brancos. Deu início então ao que a autora chama de racismo silencioso, associando aos negros a preguiça, o ócio e incapacidade. Os sanitaristas também reforçam essas teses com teorias especulativas sobre a mestiçagem, que deterioravam a raça, criando assim uma “subcidadania”.

Os indígenas também receberam sua quota de preconceito, não sendo nunca incluído pelas políticas de então. Segundo Schwarcz, a ideia era integrar os índios à cultura nacional ou exterminar os que não eram “amansados”. Em 1880, houve um processo de demarcação de terras das etnias Guarani, Xavante e Kaingang, sendo que boa parte de seus territórios foi confiscada pelo Império. O povo Kaingang resistiu e houve um massacre indígena que terminou em 1911. A invasão nas áreas indígenas se deu por conta da construção de uma estrada de ferro no Oeste de São Paulo. Muitos foram os que defenderam o extermínio dos indígenas na ocasião.

3 - 200 ANOS PÓS INDEPENDÊNCIA

Os períodos históricos a seguir são representativos para averiguar as inflexões políticas, econômicas e sociais relacionadas ao tema. A República Velha, a Era Vargas, o Regime Militar, a Redemocratização e Anos 2000. Veremos que tanto o período militar quanto o governo atual se assemelham na forma autoritária em estabelecer políticas e reduzem em boa medida conquistas no âmbito da cidadania.

3.2 - República Velha

O período da República Velha (1889-1930) foi marcado tanto por um avanço em torno das experiências de reformulação didática no ensino e a expansão na formação de professores (escolas normais), quanto pela persistência de problemas que vinham do período imperial. Um problema central era a descentralização do ensino, que vinha desde o período da Regência, pela qual cada estado ficava totalmente encarregado do ensino básico em seu território, cabendo aos municípios assumir o ensino primário (primeiras letras). (ARANHA, 2006)

Segundo Aranha, como resultado dessa estrutura, não se constituía no país um sistema nacional de ensino (sequer havia um ministério próprio encarregado do assunto), cada estado adotando suas metodologias e didáticas, além do fato de que os avanços no setor ficaram restritos aos estados mais ricos da federação, aqueles que podiam financiar a expansão da educação.

O índice de analfabetismo no segundo Censo, realizado em 1890, registrou um índice médio de 82,6%. A taxa se manteve praticamente no mesmo patamar do censo anterior, de 82,3%. Deste modo, não houve grandes mudanças no âmbito educacional neste período. O combate ao analfabetismo ainda não era tema central nos governos de então.

A República também vivenciou muitos movimentos sociais de protesto, porque a maior parte da população se viu abandonada pelo novo governo e não viu sua vida melhorar desde a queda do Império. A implantação da República significava para o

povo mudanças positivas e menos injustiças sociais antes praticada pelas administrações monárquicas (Schwarcz, 2019).

Novas formas de exploração política foram se estabelecendo em cada região do país, como o coronelismo no Nordeste, na figura do coronel que era o proprietário de terra e ao mesmo tempo controlava a política local na base da troca de votos por favoritismos.

No Brasil, durante o período colonial, desde a fase das capitânicas hereditárias no século XVI, a propriedade de terras foi concedida através de sesmarias. (...) Muitas terras foram ocupadas sem título legal ao longo do processo de colonização do Brasil. Na realidade, na ausência de legislação clara e abrangente, a ocupação de novas terras deu-se através de simples posse, muitas vezes prevalecendo os mais fortes sobre os mais fracos (Abre; Lago, 2010, p. 17).

Desta forma, a distribuição desigual da terra levou a situações de ampla desigualdade no país, sobretudo na região Nordeste que enfrentou sua pior seca de 1877 a 1879.

Conforme relata Schwarcz, dada a situação de extrema pobreza, da seca e a falta de acesso à terra, as camadas pobres se juntaram em um arraial na Bahia, sob a liderança de um beato, Antonio Conselheiro, que resultou na Guerra de Canudos (1896-1897). A comunidade de Canudos se opôs à República e criou regras próprias como posse e uso coletivo da terra, e a distribuição igualitária entre todos do que se produzia nela. Após várias batalhas fracassadas, expedições do Exército conseguem debelar o movimento matando praticamente todos os integrantes.

Ainda segundo a autora, em São Paulo, o início da industrialização passou a concentrar as elites nos centros urbanos, expulsando os mais pobres para regiões sem infra-estrutura. Mas em 1906 iniciam-se greves dos trabalhadores fabris, por conta das péssimas condições de trabalho e sem fixação de jornada. As greves tiveram grande influência da imigração italiana, e muitos tiram orientação política anarquista, liderando os demais trabalhadores. Até 1920 São Paulo presenciou 64 greves, com a adesão de até 60 mil trabalhadores.

No Rio de Janeiro, as políticas higienistas adotadas pela saúde pública, obrigando os pobres a se vacinarem por conta da epidemia da febre amarela resultou na Revolta da Vacina em 1904.

A República Velha termina, portanto, marcada como o período do início da urbanização, da imigração, e por outro lado, da adoção de práticas racistas e a expulsão dos pobres para as periferias, criando um quadro de instabilidade social. As elites se organizavam no poder, e as fraudes eleitorais permitiam a alternância de poder na Presidência da República entre paulistas e mineiros, a chamada “política do café com leite”.

Na década de 1920 eclodem movimentos formados pelos novos integrantes da classe média urbana, como o funcionalismo público, profissionais liberais e militares que objetivavam moralizar a política, acabar com as oligarquias regionais, reduzir as desigualdades sociais e findar o analfabetismo. Assim surge o tenentismo em 1922, que teve sua maior expressão na Coluna Prestes, que percorreu o país de 1925 a 1927, conclamando a adesão da população por onde passasse. Ela era formada por tenentes paulistas e gaúchos, liderada pelo tenente Luís Carlos Prestes, que terá papel fundamental na derrocada da República Velha (Schwarcz, 2010).

3.3 - Era Vargas e o desenvolvimentismo

Os governos da chamada “República Velha” chegaram ao fim em 1930, com um movimento revolucionário que destituiu o presidente Washington Luiz e impediu a posse do candidato vencedor nas eleições de outubro, o governador paulista Júlio Prestes. Com a revolução de 1930, movimento militar com amplo apoio nas principais cidades do país, chegava ao fim o domínio das oligarquias estaduais lideradas por São Paulo e Minas Gerais, cujos governantes se alternavam na presidência da República desde os princípios do regime republicano (política do “Café com Leite”). A crise econômica mundial, decorrente da quebra da Bolsa de Nova York em 1929, arruinou a exportação de café e enfraqueceu as oligarquias dominantes.

À frente do governo provisório que se instala está o candidato derrotado nas eleições presidenciais de outubro de 1930, o ex-governador gaúcho Getúlio Vargas. Imediatamente instalado seu governo, e valendo-se do poder discricionário que lhe conferia a liderança da “Revolução de 1930”, Vargas dá início a uma série de reformas nos diversos campos da administração e que permitirão a constituição de um forte

governo federal centralizado, no comando das principais políticas públicas do país, rompendo o modelo descentralizado de administração que vigorou durante quase todo o Império e durante a República Velha. Essa centralização dava início a um Estado desenvolvimentista, que seria responsável pela criação de várias estatais para promover o desenvolvimento econômico do país. Foram criadas a Companhia Siderúrgica Nacional (1940), a Companhia Vale do Rio Doce (1942), a Fábrica Nacional de Motores (1943), a Hidrelétrica do Vale do São Francisco (1945) e a Petrobrás (1953).

A centralização do governo Vargas também se deu no plano político e o presidente nomeou interventores para a maioria dos estados e o súbito controle desagradou as elites estaduais, sobretudo em São Paulo, que desencadeou a chamada “Revolução Constitucionalista de 1932”. Este movimento, nominalmente desencadeado com o propósito de pôr fim ao governo provisório de Vargas, foi rapidamente vencido, embora seu objetivo principal tenha sido atingido, com a convocação de eleições constituintes em 1934.

A Constituição de 1934 foi a mais democrática do país até então, mas teve vida curta. O Brasil já sofria os reflexos da pesada conjuntura política internacional, marcada pela polarização entre nações democráticas e as totalitárias. Também por aqui se dividiram as preferências entre a democracia liberal, o fascismo e o comunismo. Os comunistas tentaram desencadear uma revolução em 1935 (“Intentona Comunista”), os fascistas brasileiros (integralistas) tentaram um golpe em 1938. Ambos os movimentos foram vencidos.

Aproveitando o clima político conturbado, Vargas deu um “autogolpe” em novembro de 1937, cancelando as eleições presidenciais marcadas para 1938, e criando o chamado “Estado Novo”, regime político marcadamente autoritário, com traços de fascismo, no qual se tornou ditador, à frente de governo policialesco, com censura à imprensa e a volta dos interventores estaduais.

Por outro lado, Vargas se aproximou dos trabalhadores ao criar o salário mínimo em 1940 e instituir a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943, que davam mais garantias aos trabalhadores frente às regras injustas das empresas, entre elas a fixação da jornada de trabalho para 8 horas, uma reivindicação antiga da classe trabalhadora.

Logo se desencadearia a Segunda Guerra Mundial, na qual, inicialmente, o Brasil manteve-se neutro. O Brasil seria arrastado para a guerra pela pressão dos Estados Unidos. Ao lado dos aliados, Vargas chegou a enviar tropas (“Força Expedicionária Brasileira”) à Itália em 1944. Mas no acordo com os americanos, em troca do apoio aos aliados, Vargas conseguiu o financiamento à construção da primeira usina siderúrgica do país, a Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda (RJ). Esta usina permitiria que o país viesse a experimentar sua segunda fase de industrialização, a “pesada”, ou de base a partir dos anos 1950.

Com as estatais, Vargas dá início ao modelo de desenvolvimento por substituição de importações no pós guerra. Os países dos quais o Brasil importava os produtos industrializados, com a guerra não conseguem manter a pauta de produtos. Desta forma, esses itens passam a ser produzidos no país, alavancando as indústrias locais. Com isso, o Brasil deixa de ter sua economia pautada apenas pela exportação de produtos primários agrícolas, como também na produção interna industrial (TAVARES, 2019).

O engajamento do Brasil ao lado das nações democráticas vitoriosas na Segunda Guerra contra o nazi-fascismo tornou politicamente insustentável a continuidade da ditadura de Vargas, que foi afastado por golpe militar ainda em 1945. Novas eleições gerais foram marcadas, inclusive para a assembleia constituinte, que entregou nova Carta ao país em 1946.

Até o final do chamado “Estado Novo” (1945), o país finalmente seria dotado de um sistema nacional de ensino, centralizado em um ministério próprio (Ministério da Educação), com estrutura curricular reorganizada, regulamentação de todos os níveis de ensino (agora com o surgimento das primeiras universidades do país) e dotação orçamentária própria para a educação (ARANHA, 2006). Segundo o censo de 1951, a taxa de analfabetismo era da ordem de 52%, sob o segundo governo de Getúlio Vargas para o qual foi eleito pelo voto direto (1950- 1954).

Por isso mesmo, a escolarização no país experimentou avanço visível a partir dos anos 1950, ao mesmo tempo em que surgiam novas experiências didáticas, contrapostas ao ensino tradicional, inclusive o famoso método do educador Paulo Freire

de alfabetização de adultos que, inicialmente, ficou restrito à região Nordeste, e foi escolhido como método de alfabetização nacional no governo Goulart (1963).

No entanto, ao mesmo tempo em que a educação básica avançava, criavam-se gargalos no ensino superior. Além disso, o financiamento da expansão também estava comprometido, pois, embora fixado na Constituição, estados e municípios não destinavam o previsto para o setor (ARANHA, 2006).

Os governos que se seguiram ao período getulista se caracterizaram também por políticas populistas, mas na manutenção da democracia. Juscelino Kubitschek governou o Brasil de 1956 a 1960. Com seu plano de Metas estimulou a industrialização do Brasil, principalmente o setor automobilístico. No entanto, houve um aumento do endividamento externo causando forte inflação na economia.

Jânio Quadros, renuncia no mesmo ano em que foi eleito presidente em 1961, tendo ficado apenas 7 meses na presidência. Segundo Schwarcz, Jânio desenvolveu uma política externa independente, pretendendo reatar comercialmente com Cuba e China, o que desagradava aos EUA. João Goulart, que era vice de Jânio, assume o governo (1961-1963). Porém, como forma de diminuir seus poderes, foi implantado o parlamentarismo, tendo Tancredo Neves como primeiro-ministro, o que assegurou sua posse. Somente em 1962 é que, mediante plebiscito, a população opta pelo retorno do presidencialismo, lhe dando novo voto de confiança. Goulart, às vésperas do golpe, anunciou o desejo de implementar as chamadas reformas de base, voltadas para a classe trabalhadora, como o fortalecimento dos sindicatos e a reforma agrária, mas nada que resultasse no fim da propriedade privada e a adesão ao comunismo.

O governo não tinha mais como evitar a pressão popular pelas mudanças. Segundo Schwarcz, os trabalhadores rurais no Nordeste se mobilizavam pela reforma agrária e desapropriação de terras improdutivas. Várias ocupações já vinham sendo feitas em Pernambuco, Maranhão, Paraíba, Goiás, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia (Schwarcz, 2019).

Nas cidades, os trabalhadores se organizavam em sindicatos para lutar contra a desvalorização dos salários pela inflação. Criaram o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e muitas greves foram deflagradas.

O campo político das esquerdas passou a crescer:

“Nele cabiam comunistas, nacionalistas católicos, trabalhistas, (...) associações de sargentos, marinheiros, fuzileiros navais, ou de estudantes” (Schwarcz, 2019, p.439).

O grupo formou uma pauta comum em 1961, que deveria se iniciar com a reforma agrária.

Em 1964 houve um retrocesso histórico, quando os militares depuseram o governo do então presidente João Goulart mediante golpe de Estado. O novo regime fechou o Congresso Nacional, cassou e prendeu vários políticos e intelectuais e outros foram obrigados a deixar o país, se exilando no Exterior, como o próprio Goulart. O fechamento do regime teve a colaboração dos EUA em sua perseguição ideológica contra a “ameaça” do comunismo de Cuba e da URSS.

3.4 - Regime Militar

O período dos governos militares (1964-1985) ficou marcado, entre outras ações, pela interrupção das experiências inovadoras na educação, repressão ao movimento estudantil, demissão, prisão e exílio de professores e pesquisadores renomados e reforma moralista dos conteúdos com a reintrodução da disciplina Educação Moral e Cívica e OSPB. Também foram empreendidas importantes reformas na estrutura de todos os níveis de ensino, como a transformação de todo curso de nível médio em curso profissionalizante (ARANHA, 2006).

Nesse período prosseguiu o avanço da expansão do ensino, com o aumento do número de matrículas e construção de escolas. Uma crítica frequente à orientação da política educacional no período foi uma deterioração acentuada no nível salarial da profissão docente. Contudo, o índice de analfabetismo herdado pelos militares era de 46% em 1960, e em 1970 registrou uma queda muito discreta, caindo para 43%. Somente em 1980 é que houve uma diminuição mais significativa, caindo para 33% (IBGE).

No plano econômico, a partir de 1967, o Brasil reingressava na onda de crescimento econômico, que se estenderia até 1973, com expressivos aumentos anuais do PIB, momento que foi chamado de “Milagre Econômico”.

Para a economista Maria da Conceição Tavares (2019), na década de 1960, o Brasil não estaria numa situação limite de seu desenvolvimento por conta de sua relação de dependência com os países centrais, como dizia Furtado (2019), mas sim por estar num período de crise econômica conjuntural, comum no capitalismo. Para ela, a crise que foi confundida com esgotamento do processo substitutivo, na verdade tratava-se de uma transição para um novo esquema de desenvolvimento capitalista, o do “Milagre Econômico” dos governos militares.

Segundo Tavares (2019), este novo modelo reforçava a exclusão social, bem como o atraso de certos setores econômicos quanto aos níveis de produtividade. Teria sido justamente o aprofundamento da desigualdade no período que teria potencializado a geração de investimento necessário à expansão do mercado, pois o crescimento no período do chamado “milagre econômico” se fazia com concentração da renda de setores privilegiados permitindo maior acesso aos bens de luxo, e a exclusão desse acesso para aqueles que os fabricavam.

Finalmente, para Tavares (2019), as medidas do novo modelo de fato levaram à expansão da economia, sem, contudo, romperem com a relação de dependência externa, já que promoveram um aumento acentuado do endividamento externo. No entanto, o próprio modelo de desenvolvimento do “milagre” teria seus limites e acabaria se esgotando.

E a partir dos anos 1980, o endividamento externo brasileiro criou uma crise econômica, sendo que nos anos 1990 seguiu o modelo imposto pelo Fundo Monetário Internacional para que o Brasil continuasse a receber os empréstimos. Assim, sob o governo Fernando Collor e seguido por Fernando Henrique Cardoso, o Brasil adere às políticas do Consenso de Washington, que estabelecia medidas neoliberais para os países. Como consequência, ocorre o enfraquecimento do Estado a partir de sua desregulamentação e da flexibilização das regras de importação e, sobretudo, a privatização das principais estatais no país. (TAVARES, 2019).

Portanto, para Tavares, é impensável levar adiante o modelo desenvolvimentista sem um Estado forte, capaz de implementar as diretrizes e investimentos nos setores que considerar estratégicos. O desenvolvimentismo tem o seu limite determinado pelo enfraquecimento do Estado, num cenário de ampla globalização econômica, dominado

por empresas transnacionais. Segundo a autora, somente o Estado foi capaz de implantar as grandes transformações econômicas e encabeçar um projeto de desenvolvimento. Do contrário, haverá sim estagnação econômica.

3.5 - Redemocratização

A anistia política concedida a líderes exilados ocorrida em 1979 deu início à pressão popular pelo fim da ditadura. As lideranças políticas que retornaram ajudaram na mobilização da população pelo movimento das “Diretas já”. Os comícios levaram 1,5 milhão para as ruas em São Paulo e outros um milhão no Rio de Janeiro. No entanto, o Congresso votou contra a emenda que previa as diretas e Tancredo Neves é eleito por voto indireto em 1984, que, sem chegar a tomar posse, adoece e morre. Assume o vice José Sarney, político ligado ao partido que sustentou a ditadura, o PDS (FGV - CPDOC).

Com a retomada da democracia, em 1985, os governos procuraram retomar o ritmo de expansão da escolarização, bem como aprimorar a qualidade do ensino, com programas de reciclagem de professores. Nesse último caso, foram criados programas de avaliação de qualidade do ensino e de escolas, em todos os níveis educacionais, que incluíam os chamados “provões” (ENEN, ENAD, Prova Brasil, entre outros).

De acordo com censo realizado pelo IBGE em 2000, 13,63% da população com mais de 15 anos era analfabeta. Uma queda acentuada em relação ao registrado no regime militar. Contudo, o analfabetismo nesse período reflete as disparidades regionais e a concentração de renda na região Sudeste, com menor índice de analfabetismo, em contraposição ao Nordeste, região mais pobre do país:

“Em um país que apresenta uma das piores concentrações de renda do mundo, onde a renda dos 20% mais ricos é trinta e duas vezes maior que aquela dos 20% mais pobres, a distribuição da educação e do analfabetismo não poderia ser diferente. ...Assim, para o País como um todo, enquanto a taxa de analfabetismo nos domicílios cujo rendimento é superior a dez salários mínimos é de apenas 1,4%, naqueles cujo rendimento é inferior a um salário mínimo é de quase 29%. No Nordeste, esta situação é mais dramática: a taxa de analfabetismo das famílias mais pobres é vinte vezes maior que aquela das famílias mais ricas” (PINTO, et al, 2000, p.521).

A promulgação da Constituição Federal em 1988 trouxe muitos avanços, apesar de não se colocar na prática pelos atuais poderes, instituições e cobranças da própria sociedade. Ela definiu os direitos sociais dos cidadãos, entendidos como iguais perante à lei, estabeleceu acesso à justiça, proteção à infância, à educação, à saúde, à alimentação, ao trabalho, à moradia, ao lazer, à previdência social. Prevê o voto direto, a liberdade sindical, proíbe a tortura e a censura.

Em 1992, os brasileiros votam para presidente depois de vinte e oito anos sem este direito. Elegem Fernando Collor de Mello, que após dois anos é destituído do poder em votação do Senado, por denúncias de corrupção em seu governo e atendendo ao clamor da população que tomou as ruas pedindo seu impeachment. Seu vice, Itamar Franco assume e teve mérito controlar a inflação com o Plano Real, gerando um período de crescimento econômico no país. Itamar faz seu sucessor, Fernando Henrique Cardoso, seu ministro da economia. FHC é eleito sob o efeito dos resultados positivos alcançados por Itamar. Contudo, Cardoso expandiu a política neoliberal com a privatização de várias estatais de porte como o sistema Telebrás, Vale do Rio Doce. O processo foi acusado de manipulação e corrupção por parte da equipe econômica de FHC (Shwartz, 2019).

3.6 - Anos 2000

3.6.1 - Governos petistas (2002- 2016)

A chegada de Luís Inácio Lula da Silva à Presidência em 2002, representa um marco da entrada das camadas populares ao poder, sendo ele um líder de esquerda e ex-presidente sindical. Foi reeleito em 2006, fez sua sucessora Dilma Roussef, que também foi reeleita em 2014. Esse período foi marcado “pela redução da pobreza, a diminuição da desigualdade e a expansão da inclusão social” (Schwarcz, 2019, p.503).

Houve um aumento do trabalho formal, um aumento real do salário mínimo em 60% e transferência de renda para as camadas mais pobres da população com o Programa Bolsa Família, criado em 2004. Em 2013, o programa cobria 50 milhões de pessoas, que saíram da condição de extrema pobreza, com a obrigatoriedade de ter registro de identidade e inscrever seus filhos no sistema escolar.

Em 2015, a ONU destacou a importância do programa Bolsa Família: "Desde que o programa foi lançado, 5 milhões de brasileiros deixaram a extrema pobreza. E por volta de 2009 o programa havia reduzido a taxa de pobreza em 8 pontos percentuais", diz a ONU (BBC, 2016).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) anunciado pela Organização das Nações Unidas (ONU) apurado no Brasil em 2000 era de 0,649 e passou a 0,755 em 2016. O IDH computa esperança de vida ao nascer, a expectativa de anos de estudo e a renda per capita.

Segundo dados do Banco Mundial e FMI, em 2002, o Brasil ocupava a 13ª posição no ranking global de economias medido pelo PIB em dólar. Em 2011, subiu para o 6º lugar (BBC Brasil, 2016).

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) destacou o surgimento de uma nova classe média que ascendeu com o combate à pobreza no país, sendo que 43% dela se encontra consolidada, com trabalho formal, conforme dados levantados pela BBC News.

Pesquisa anunciada pelo IBGE revela que, em 2016, a taxa de analfabetismo no país caiu para 7,2% (11,8 milhões de analfabetos) (Poder 360). De acordo com o IBGE, o Nordeste apresentou a maior taxa de analfabetismo (14,8%), índice quase 4 vezes maior do que as taxas estimadas para o Sudeste (3,8%) e o Sul (3,6%). No Norte, a taxa foi 8,5% e no Centro-Oeste, 5,7%.

3.6.2 – Governo Temer – Bolsonaro

Em agosto de 2016, a presidente Dilma é afastada do poder e é substituída pelo seu vice Michel Temer que anuncia medidas que suspendem várias políticas sociais do governo, como a reforma trabalhista que retirou várias garantias trabalhistas, esvaziando o poder dos sindicatos ao tornar optativo o imposto sindical. Os programas voltados para a inclusão de estudantes das classes populares no ensino Superior foram reformulados e enfraquecidos diante da decisão de reduzir os gastos públicos.

Em outubro de 2016, mais de mil escolas e instituições de ensino foram ocupadas pelos estudantes secundaristas e universitários. Os estudantes se posicionaram contra a PEC (Projeto de Emenda Constitucional) que limitou os gastos do governo federal por 20 anos o que resultaria da diminuição dos repasses federais para a área da educação. Outros programas de financiamento estudantil foram esvaziados como o Prouni, o FIES, além do Programa Minha Casa Minha Vida (Brasil de Fato, 2018).

Em 2018, Jair Bolsonaro foi eleito presidente, com um plano de governo liberal, procurando reduzir a atuação do Estado, aumentar o combate à corrupção e manter o conservadorismo na área dos costumes.

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este balanço histórico permite compreender que muito embora as grandes mudanças históricas estejam concentradas nas mãos do Estado, dos políticos e administradores do país, suas ações decorrem da pressão social que recebem, daqueles que não estão no poder e colocam suas demandas sociais na pauta de discussões. Rebeliões, greves, motins, manifestos eclodem sempre que a população, seja ela do campo ou da cidade, se encontra em situações injustas e de exploração. O resgate da memória da participação desses atores ao longo da História permite visualizar de forma mais ampla os acontecimentos, sem se restringir àqueles que estão no poder. Por outro lado, não deixa de ser uma leitura que foca mais nos movimentos sociais desde a Independência aos dias de hoje. O interesse pelos grupos populares emerge neste trabalho, contudo, eles compõem quase a totalidade da população brasileira, qual seja, o interesse coletivo.

Sob esta ótica, percebe-se que as mudanças de governo, ainda que resultantes de pressões sociais, acabam por não gerar mudanças revolucionárias, com a substituição de uma classe por outra no poder. O máximo que se conseguiu no país foram governos de cunho popular como o período do chamado “populismo democrático” (2º governo de Vargas, JK, Goulart, Jânio) e os governos do período de 2002 -2016, quando a classe trabalhadora se viu representada no poder. Sempre houve uma apropriação das demandas populares, mas que são deixadas de lado logo que se iniciam as administrações mais conservadoras. Isto ocorreu em 1822, com a independência, que atendeu aos pedidos de separação de Portugal, porém, sem se implantar de pronto a República. O Império se estabelece como meio termo, ou seja, se liberta das amarras de Portugal, mas mantém a Monarquia no Brasil e passa a depender economicamente da Inglaterra.

Também em 1930, quando os trabalhadores têm alguns dos seus interesses atendidos, como a legislação trabalhista e o fortalecimento do Estado na gestão da economia e do desenvolvimento. Mas logo, em 1937, o governo abandona o processo democrático.

Em 1964, a ditadura militar escancara o interesse das elites e dos EUA em impedir o avanço das políticas voltadas aos trabalhadores e a minimização das injustiças no campo. Há um esmagamento daqueles com ideologia de esquerda, que priorizam a redução das desigualdades sociais.

Após 20 anos de repressão, a abertura, realizada em 1984, que caminhava para as eleições diretas se transforma numa saída menos radical com a eleição indireta de um civil, recrudescendo propostas mais progressistas, o que permitiu a sequência de três governos voltados às políticas neoliberais, prejudiciais à classe trabalhadora.

De 2002 a 2016, houve de fato um avanço nas questões sociais. Ao final do século XX, o país finalmente se aproximava de vencer o drama do analfabetismo. Porém, após muito tempo longe do poder, as elites se organizaram para efetuar um golpe, mascarado de moralismo anticorrupção com a ajuda da mídia e do sistema judiciário.

Novamente, o país se encontra em determinados setores em situação que lembram às dos tempos do Império, quando não havia sequer uma política educacional e ainda sobrevivia a escravidão e o massacre de povos indígenas. Este governo nos remete a este período quando corta as verbas para as Universidades, permite o aumento da violência policial contra os negros, estimula a invasão das terras indígenas com o garimpo e permite que sejam dizimados com a pandemia de covid-19. Este governo nos remete também a 1918, época da pandemia da gripe espanhola, quando milhares morreram. A política do café com leite, quando as eleições eram fraudadas com aval da Justiça também se manifesta quando seu presidente comete vários crimes, mas nada é feito.

Por outro lado, muitas conquistas se efeturaram como a aprovação do voto feminino, do voto dos analfabetos. Atualmente o país possui uma taxa de analfabetismo inversa da que existia na época da Independência, quando o índice de analfabetismo era idêntico ao índice de alfabetizados hoje.

O avanço da educação ao longo da história brasileira pode ser aferido por alguns números básicos. Em 2019, conforme os últimos números disponíveis, 47,9 milhões de crianças e adolescentes estavam matriculados na educação básica do país, incluindo 9 milhões na educação infantil (alunos de zero a cinco anos - creche e pré-escola), 26,9

milhões no ensino fundamental (alunos de seis a catorze anos), 7,5 milhões no ensino médio, além de anos nos níveis de ensino técnico-profissionalizante, educação de jovens e adultos (EJA) e educação especial.

Em 2019 havia 2,2 milhões de docentes na educação básica, incluindo 1,4 milhão no ensino fundamental, além de professores da educação infantil, ensino médio, profissionalizante, educação de jovens e adultos e educação especial. Na mesma época, o Brasil contava com 180,6 mil estabelecimentos de educação básica, incluindo 126,2 mil para o ensino fundamental e 28,9 mil de ensino médio, além de estabelecimentos para educação profissional, para a educação de jovens e adultos (EJA) e educação especial, segundo dados do Censo Educacional 2019, do INEP.

Apesar disso, o analfabetismo no Brasil ainda afeta 7,0% da população brasileira, o que equivale a 11,3 milhões de pessoas. A taxa manteve-se praticamente estável desde 2016. Além disso, ainda há os analfabetos funcionais, indivíduos conseguem escrever e ler um bilhete, mas não são capazes de interpretar o que foi escrito, e que equivalem a 29% da população brasileira, conforme dados do IBGE de 2019.

Vários outros avanços foram obtidos pelos movimentos sociais como o casamento entre LGBTs, a aprovação da lei contra o racismo, que é inafiançável e imprescritível, conquistada na Carta de 1988. Essas conquistas foram aprovadas após muita discussão na Constituinte, com a participação de vários representantes da sociedade civil, organizações feministas, movimentos negros, sindicatos de vários setores trabalhistas, educadores, juristas, ambientalistas. Muitas propostas e emendas populares foram apresentadas aos partidos levadas para discussão (CUNHA, 2015).

As políticas desenvolvimentistas tendo o Estado à frente dos investimentos nas empresas estatais dos setores estratégicos iniciadas sob o governo Vargas foram inicialmente desfeitas sob os governos Collor e FHC. Os governos Lula e Dilma retomam o papel central do Estado no comando do desenvolvimento econômico e nas políticas sociais. Atualmente, o governo de Bolsonaro aderiu à linha neoliberal do Estado mínimo.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marcelo de Paiva; LAGO, Luiz Aranha Correa do. **A economia brasileira no Império, 1822-1889**. Rio de Janeiro: PUC. 2010.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. Linhagens historiográficas contemporâneas por uma nova síntese histórica. **Economia e Sociedade**, Campinas, (10): 175-91, jun. 1998.

BARROS, José D'Assunção. Memória e História: Uma discussão conceitual. **Tempos Históricos**. 2011. v. 15, n. 1, p. 317-343.

BOMENY, Vargas Helena. **A educação no segundo governo**. FGV. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/Educacao>. Acesso: jul. 2020.

CANDAU, J. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2014.

CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História: ensaios da teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. 18ª Reimpressão.

CUNHA, Alice. A construção da participação popular na Assembleia Nacional Constituinte. **Jus**. Ago.2015. Disponível em <https://jus.com.br/artigos/41724/a-construcao-da-participacao-popular-na-assembleia-nacional-constituente>. Acesso: jul. 2020.

D'ALESSIO, Márcia Mansor. Memória e historiografia: limites e possibilidades de uma aproximação. **História Oral**, 4, 2001, p. 55-71.

FAUSTO, Boris e DEVOTO, Fernando J. Brasil e Argentina: Um ensaio de história comparada (1850-2002). 2. ed. São Paulo: Editoria 34, 2005, p.50.

FERRARO, Alceu Ravello; KREIDLOW, Daniel. Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais. **Educação e Realidade**, jul. – dez. 2004.

FGV- CPDOC. Diretas já. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diretas-ja>. Acesso: jul. 2020.

GONTIJO, R. Sobre cultura histórica e usos do passado: a Independência do Brasil em questão. **Almanack**. 2014. n.8, p.44-53.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

MOTTA, M. **A Nação faz 100 anos**. Rio de Janeiro: FGV, 1992.

NASCIMENTO Jr., J L Memória e Esquecimento, o Centenário da Independência do Brasil, **XVII Encontro de História da Anpu**. Rio de Janeiro, 2016.

PIMENTA, João Paulo G. A independência do Brasil como uma revolução: história e atualidade de um tema clássico. **História da historiografia**. Ouro Preto. n. 03 set. 2009. p. 53-82.

PINTO, J. M. de Rezende; BRANT, L. L. Oliveira; SAMPAIO; C. E. M.; PASCOM, A. R. Um olhar sobre os indicadores de analfabetismo no Brasil. **R. bras. est. pedag.**, Brasília, v. 81, n. 199, p. 511-524, set./dez. 2000.

RODRIGUES, Fernando. Em 2016, índice de analfabetismo no Brasil ficou em 7,2%²¹. **Poder 360**. dez.2017. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/em-2016-indice-de-analfabetismo-no-brasil-ficou-em-72/>. Acesso: jul. 2020.

SCHWARCZ, Lilia Moritz e STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

TAVARES, Maria da Conceição. O Processo de Substituição de Importações como modelo de desenvolvimento na América Latina. In Desenvolvimento e Igualdade, Simioni, M. Correa, V. P. org. Rio de Janeiro: IPEA. 2011.

TAVARES, Maria da Conceição. Transformações do modelo de desenvolvimento na América Latina. In Melo, Hildete P. org. Maria da Conceição Tavares, vida, ideias, teorias e políticas. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

TOMBOLO, Guilherme; SAMPAIO, Armando Vaz. O PIB brasileiro nos séculos XIX e XX: duzentos anos de flutuações econômicas. **Revista de Economia**, v. 39, n. 3 (ano 37), p. 181-216, set./dez. 2013.

VIANNA, Hélio. **História do Brasil: período colonial, monarquia e república**. 15. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1994

VIZENTINI, Paulo Fagundes. Política Externa e desenvolvimento no regime militar. Princípios. 1998. Disponível em <http://revistaprincipios.com.br/artigos/51/cat/1492/política-externa-e-desenvolvimento-no-regime-militar-.html>. Acesso: jul. 2020.